

ELEIÇÕES

PSDB retoma prévias e crê ter candidato hoje

Votação recomeça com novo aplicativo e decide quem disputa o Planalto

» RAPHAEL FELICE
» TAINÁ ANDRADE

O PSDB deve finalmente decidir, hoje, as prévias que indicarão o nome do partido para a disputa ao Palácio do Planalto, no ano que vem. Isso porque a legenda abandonou o aplicativo desenvolvido pela Fundação de Apoio à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FAURGS) e optou por decidir o pleito por meio do sistema BeeVoter.

A votação começará às 8h e se encerrará às 17h. Os votos que restam são os que não puderam ser feitos pelo aplicativo, pois aqueles depositados presencialmente, nas urnas eletrônicas instaladas no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, domingo passado, não registraram problemas.

Assim, as complicadas prévias tucanas recolherão as escolhas dos filiados de três fontes diferentes: o aplicativo que será usado nesta nova fase; o que foi desenvolvido pela FAURGS; e não funcionou e o que utilizou a urna eletrônica do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Mas seja quem for o unguido



“O partido tem alguns problemas para resolver. Tem que tomar consciência de si próprio, não é tão grande como já foi. Ele está numa posição em que tem que se unir e buscar aliados confiáveis”

Arthur Virgílio Neto, ex-prefeito de Manaus, reconhecendo que o PSDB entra na corrida presidencial de 2022 em desvantagem

pelo partido, logo mais, uma coisa é certa para as campanhas dos governadores Eduardo Leite (RS) e João Dória (SP), além do ex-prefeito de Manaus, Arthur Virgílio Neto: não ter conseguido realizar um pleito interno deixou um grande desgaste para a imagem do PSDB. Prova disso é que, nas redes sociais, ao longo da semana, foram vários os memes que indagavam como uma legenda que não consegue fazer uma votação que envolve apenas cerca de 44 mil filiados teria condições de dirigir um país complexo como o Brasil.

Ainda assim, os integrantes do partido tentaram turbinar a

imagem de o PSDB ser a única legenda a realizar prévias e que o problema com o aplicativo foi um acidente de percurso. Só que isso não satisfaz parte dos filiados. A deputada Joice Hasselmann (SP), recém-convertida em tucana, definiu a falha como um “mico”.

Convergência

Numa tentativa de aparentar que entre Virgílio, Dória e Leite existe alguma convergência, os três elogiaram o presidente nacional do PSDB, Bruno Araújo, por ter se empenhado na solução do problema. “Concordamos e

apoiamos a decisão de dar prosseguimento às prévias do PSDB amanhã (hoje). Prévias que engrandecem o PSDB no exercício da democracia e do voto dos seus filiados e mandatários. Viva a democracia!”, exultou Dória.

“Vamos ao voto! Decisão acertada de Bruno Araújo. A conclusão das prévias tem nosso apoio. O mais importante foi alcançado: segurança de que os votos serão sigilosos!”, concordou Leite.

Com poucas chances na disputa, Virgílio preferiu enfatizar que o PSDB deve tomar consciência do tamanho que tem — bem menor do que o de outros tempos. “O partido tem alguns problemas para resolver. Tem que tomar consciência de si próprio, não é tão grande como já foi. Ele está numa posição em que tem que se unir e buscar aliados confiáveis”, propôs.

Apesar de a solução tecnológica ter sido encontrada, ficou a impressão de que o PSDB saiu menor do que entrou nas prévias. Afinal, os três pré-candidatos já contabilizam que a confusão no sistema de votação será usado pelos rivais na corrida presencial.

PSDB/Divulgação



Bruno Araújo, presidente do PSDB, foi elogiado pelos pré-candidatos pelo empenho na solução para finalizar as prévias

Partido se incomoda com presença da PF

Uma boa parte dos filiados do PSDB ficou irritada com a atitude do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) de cogitar envolver a Polícia Federal (PF) na investigação sobre o primeiro aplicativo utilizado na votação das prévias. Isso porque, de acordo com a Fundação de Apoio à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FAURGS) — responsável pelo desenvolvimento da plataforma —, teria havido um ataque hacker contra o sistema, conforme explicou por meio de nota.

O envolvimento da PF foi motivo para mais uma divergência entre os tucanos, pois o temor era de que a instituição,

durante as investigações, tivesse acesso a informações sensíveis do partido. E como uma parcela expressiva dos filiados do PSDB enxerga, hoje, os federais excessivamente alinhados com o Palácio do Planalto, temiam que tais dados chegassem às mãos do presidente Jair Bolsonaro.

Nos bastidores, muitos tucanos concordam que o uso de um aplicativo para realizar parte da votação foi equivocado, mas admitem que deviam passar pela experiência. Só que há praticamente consenso negativo sobre ter a PF nas dependências do PSDB — seria abrir as portas

para Bolsonaro. Por causa disso, o deputado federal Carlos Sampaio (PSDB-SP), ex-integrante do Ministério Público do estado de São Paulo (MP-SP), chamou para si a investigação e entregará o resultado daquilo que levantar à polícia.

O incômodo com a PF tem a ver, também, com uma parcela do partido, que tem votado favoravelmente no Congresso em temas de interesse do Palácio do Planalto. O ex-prefeito de Manaus e um dos pré-candidatos, Arthur Virgílio Neto, é favorável à retirada do partido de todos os bolsonaristas ou dos que vêm se alinhando ao governo.

“Preferia que fosse um partido menor, mas que fosse uno, porque seria mais seguro. O partido está dividido entre quem vota com Bolsonaro e quem não vota”, explicou.

Outras questões também foram levantadas para afastar a PF da rotina do partido — como não ter o PSDB associado a questões criminais. “Chamar a PF para ficar dentro do partido seria um constrangimento. Não queremos isso, porque não cria uma imagem bonita. Isso não aconteceu com nenhum partido, não é uma coisa boa. Na minha cabeça, prejudica”, acrescentou Virgílio. (RF e TA)

Turma do STF libera bens de Lula

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou, ontem, os bloqueios de bens do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ligados aos processos ligados da Lava-Jato. A decisão, por 3 a 1, é em função da anulação de todas as condenações do petista na operação, conforme decidiu o ministro Edson Fachin, em março passado.

Segundo Fachin, a Justiça Federal em Curitiba não tinha a competência formal para julgar

as ações contra Lula e, por causa disso, anulou os julgamentos. A decisão do ministro foi confirmada, em abril, pelo plenário do STF.

No julgamento concluído na 2ª turma, Fachin votou pela manutenção do bloqueio, nas foi derrotado pelos ministros Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes e Nunes Marques.

Três processos contra o ex-presidente transitavam no Paraná: o relacionado ao triplex do

Guarujá (SP), o do sítio de Atibaia (SP) e o das doações ao Instituto Lula e da sede da instituição — remetidos à Justiça do Distrito Federal. A defesa de Lula pediu a suspensão dos bens bloqueados nesses processos.

Em maio, porém, a Justiça Federal do Paraná negou o pedido e, assim, os bloqueios dos bens foram mantidos. O juiz federal Luiz Antônio Bonat, à época, avaliou que a revogação do bloqueio

dependia de manifestação de Fachin, relator da Lava-Jato no STF.

De acordo com nota divulgada pelos advogados Cristiano Zanin e Valeska Teixeira Martins, que defendem o petista nos processos da Lava-Jato, “essa nova decisão do STF é uma consequência do reconhecimento da nulidade dos processos envolvendo o ex-presidente Lula em virtude da incompetência e da suspeição do ex-juiz Sergio Moro”.

NAS ENTRELINHAS

Por Carlos Alexandre de Souza



carlosalexandre.df@dabr.com.br



Brasília ferve com eleição, e o paciente Brasil vê nova ameaça

Nesta semana que termina, Brasília voltou a se apresentar como palco maior da política nacional — e não se trata de elogio. Além de uma intensa movimentação partidária com os preparativos para a eleição presidencial, o país assiste a um mal-estar entre o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal em razão das misteriosas emendas do relator no Orçamento da União. Há, ainda, as controvérsias que se arrastam há um bom tempo: a interminável PEC dos Precatórios, que a cada dia se torna mais assombrosa do ponto de vista fiscal, e a modorrenta sabatina de André Mendonça no Senado para uma vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Esses assuntos terão desdobramentos nos próximos dias. Tudo indica, portanto, que, até o fim do ano, a capital federal continuará a ser o centro das atenções do país. Para quem acreditou na promessa, feita por Jair Bolsonaro, em 2018, de que haveria “mais Brasil e menos Brasília” na condução das políticas públicas, chegamos ao fim de 2021 com a sensação de que a máquina estatal do Planalto Central está emperrada no seu papel de servir como farol institucional do país.

Do ponto de vista eleitoral, o movimento de maior relevância tenha sido, talvez, a aparição de Sergio Moro como ator de projeção considerável na corrida para o Planalto, em 2022. Após filiar-se ao Podemos e atrair uma porção de admiradores, entre bolsonaristas arrependidos, lavajatistas e militares, o ex-juiz federal fez o que se espera de um candidato. Opinou sobre os assuntos da ordem do dia — defendeu um texto alternativo à PEC dos Precatórios —, conversou com possíveis aliados e atacou os possíveis adversários. Fez questão de dirigir a munição contra Lula, líder da corrida ao Planalto, segundo as pesquisas. Moro considerou “preocupante” quando o ex-presidente “fleta com o autoritarismo”, em referência à absurda ideia do ex-petista de comparar a chanceler Angela Merkel com o ditador Daniel Ortega.

Outros atores que pretendem vencer a polarização Lula-Bolsonaro também se movimentaram. Merecem registro o anúncio da pré-candidatura de Simone Tebet como a única mulher, até o momento, a se lançar à corrida presidencial; o discurso apaziguador de Rodrigo Pacheco, a fim de reforçar o repúdio à polarização que tanto mal faz ao país; e o curto-circuito nas pretensões de Luiz Henrique Mandetta, escanteado pelo próprio partido da disputa para o Planalto, mas rapidamente reescalado para dizer que está à disposição do país e que “médico não abandona o paciente” Brasil.

Essa agitação toda no palco brasileiro ocorre dentro do esperado. Afinal, não há como pavimentar uma candidatura de magnitude presidencial sem construir acordos no centro do poder político. Esse, no entanto, não é o aspecto que mais chama a atenção em Brasília. Causa espécie observar que as tais instituições da República — frequentemente se diz que elas estão em pleno funcionamento — enfrentam dificuldades de cumprir até o que está escrito na lei. Ou não é uma afronta à lei romper o teto de gastos e anunciar um programa social permanente sem indicar uma receita para custeá-lo? E o que dizer da proposta de ignorar decisões judiciais e institucionalizar o calote em um acordo entre o Legislativo e o Executivo?

Alheio às conversas eleitorais da capital federal, o país enfrenta urgências muito maiores. O Brasil ainda não se recuperou do impacto brutal da pandemia nos últimos 18 meses — 614 mil mortos e uma crise econômica e social de profundas dimensões — e já terá de se precaver contra uma nova ameaça do novo coronavírus, batizada de omicron. E, mais uma vez, o governo emite sinais trocados. Pela manhã, Bolsonaro descartou impor restrições em aeroportos. À noite, o subordinado dele, ministro Ciro Nogueira, anuncia que o Brasil fechará fronteiras aéreas. Definitivamente, coerência não é o forte desta administração.

Em outra demonstração chocante do Brasil real, garimpeiros bandidos desafiam o poder público. Destroem impiedosamente o leito do Rio Madeira, em mais um sinal inequívoco de que a fiscalização ambiental no Brasil é um faz-de-conta.

O Brasil espera mais de Brasília. Tomara que as conversas para 2022 sirvam de resposta para tantas necessidades.

ALHEIO ÀS ARTICULAÇÕES PARA 2022, O PAÍS AINDA NÃO SE RECUPEROU DO IMPACTO BRUTAL DA PANDEMIA E JÁ TERÁ DE SE PRECAVER DE UMA NOVA ONDA DE COVID